



Mesmo advertido, o presidente do Congresso incluiu os vetos na pauta, propondo rápida avaliação

# Lucena apressou votação que beneficiou deputados

O presidente do Senado e do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), está sendo acusado de lutar pela inclusão na pauta de votações do veto presidencial à isonomia salarial com os ministros do Supremo Tribunal Federal. Ele chegou a ser avisado pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), sobre o momento inoportuno de se pôr o veto em votação, passando por cima de matérias que aguardam, na fila, para serem julgadas, desde o governo Collor.

Lucena enviou o veto à Câmara, com o pedido de indicação de três relatores, ainda antes do vencimento do prazo legal de um mês, exigido pela Constituição, segundo Inocêncio. Foi uma atitude sem precedentes. Conforme o senador que acompanhou o processo, Lucena, mesmo advertido, disse não

abrir mão da inclusão do assunto na pauta. A proposta do presidente do Congresso era avaliar o veto o mais rápido possível. Houve uma tentativa na quarta-feira da semana passada de avaliar a questão, mas a votação não ocorreu porque Inocêncio Oliveira lembrou que faltava o parecer do relator.

A votação foi adiada para a última quarta-feira, quando foi derrubado o veto presidencial por 296 votos a 54. Humberto Lucena chegou a dizer que a decisão de examinar o assunto era da Câmara e que, como presidente do Congresso, não caberia a ele fazer comentários. "Que cada um assuma sua responsabilidade pela medida adotada".

Ao ouvir a afirmativa de Lucena, Inocêncio ironizou: "Ele disse isto? Então, daqui para a frente, eu

farei a pauta de votação do Congresso". Pelo regimento interno, compete ao presidente do Senado aprovar a pauta de votação do Congresso. "Não sei se a votação foi inoportuna ou não", afirmou Lucena. "A matéria estava pendente na pauta e precisava ser votada".

Inocêncio foi avisado de que o veto presidencial sobre o aumento dos salários dos parlamentares era assunto explosivo e no caso de ser derrubado daria razão aos críticos do Congresso. A articulação de dois deputados pela derrubada do veto, além da conivência de Lucena, foi fundamental para a aprovação do aumento de salários. Os dois grandes cabos eleitorais do bolso foram dois pernambucanos: os deputados Wilson Campos (PSDB), primeiro-secretário da Câmara, e Nilson Gibson (PSB).